

Efeitos de políticas sociais e da renda *per capita* no desenvolvimento socioeconômico da América Latina sob o prisma da felicidade¹

Pietro Fernandes Coelho-Santos²

Matheus Andrade Ataíde³

Carlos César Santejo Saiani⁴

Área: Desigualdade, pobreza e políticas sociais

Resumo: O presente artigo busca investigar os impactos dos gastos em políticas públicas (educação, saúde e proteção social) e da renda *per capita* sobre o bem-estar subjetivo na América Latina (Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Uruguai, Costa Rica e El Salvador) em entre 2007 e 2020. Com este fim, seis modelos econométricos são estimados por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e Método dos Momentos Generalizados (GMM). Encontram-se evidências de que a segunda variável seja significativa e de que, não obstante serem individualmente insignificantes, os gastos em políticas públicas em conjunto com a renda *per capita* possam explicar o indicador de felicidade.

Palavras-Chave: Economia da Felicidade; desenvolvimento socioeconômico; América Latina.
Classificação JEL: I38.

Abstract: This article aims to investigate the impacts of public policy spending (education, health and social protection) and income per capita on subjective well-being in Latin America (Argentina, Brazil, Bolivia, Colombia, Ecuador, Uruguay, Costa Rica and El Salvador) between 2007 and 2020. For this purpose, six econometric models are estimated by Ordinary Least Squares (OLS) and Generalized Moments Method (GMM). There is evidence that the second variable is significant and that, although it is individually insignificant, public policy spending in conjunction with income per capita can explain the happiness indicator.

Keywords: Happiness Economy; socioeconomic development; Latin America.

JEL Classification: I38.

1. Introdução

Após mais de uma década desde a divulgação do primeiro Relatório Mundial de Felicidade pela Rede de Resoluções de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (World Happiness Report, 2023), a concepção de que a prosperidade de uma nação deve ser avaliada pela satisfação geral com a vida de seus habitantes tem recebido cada vez mais simpatizantes. Ademais, é relevante ressaltar que a forma de quantificar a felicidade tem gerado uma crescente convergência metodológica. Desse modo, um indicador de satisfação geral com a vida (*proxy* para felicidade) pode ser usado como indicador complementar para a

¹ O presente estudo recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Economista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: pietro.fcs@gmail.com.

³ Economista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: matheus.ataide1@ufu.br.

⁴ Economista, Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV) e Professor Adjunto e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Email: ssaiani@ufu.br.

análise do bem-estar e do desenvolvimento socioeconômico a nível de países, bem como o incremento ao nível médio de felicidade nacional pode agora ser considerado um propósito efetivo para o planejamento e desempenho dos órgãos governamentais.

Segundo Ortega (2008), a análise das circunstâncias de vida e do bem-estar figura como um tópico significativo nas Ciências Econômicas. Nesse contexto, é crucial destacar que, historicamente, a noção de bem-estar e progresso passou por transformações, evoluindo de uma concepção estritamente vinculada ao aumento de produção durante a maior parte do século XX – crescimento econômico - para conceitos mais inclusivos – desenvolvimento - , que passam a considerar aspectos sociais (Ortega, 2008).

Rojas (2019) ressalta que, nesse processo de mutações históricas, houve a busca por medidas alternativas ao aumento de produção para mensurar as circunstâncias de bem-estar. Neste sentido, Martela *et al.* (2020) evidenciam que o aprimoramento de esforços nessa área impulsionou a elaboração do primeiro Relatório Mundial da Felicidade em 2012, que se concentrou em utilizar como substituto (*proxy*) para a felicidade o *grau de satisfação geral com a vida reportado* - originando o Indicador de Felicidade (IF). Dessa forma, uma nova dimensão foi aberta para a investigação empírica da importância de políticas de cunho socioeconômico na elevação das condições de vida.

Nesse contexto, faz-se necessário enfatizar que, embora a Economia da Felicidade já reúna resultados acumulados por meio século nos principais centros de pesquisa do mundo, Lima (2007) afirmou que trabalhos nesta área eram quase inexistentes no Brasil. Com efeito, em busca pelo termo “Economia da Felicidade”⁵, realizada no ano de comemoração de 50 anos da fundação do campo (2024) em três das maiores bases de produção científica no país, obteve-se os seguintes resultados:

- a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁶ apresenta 9 trabalhos;
- o Oasisbr⁷ apresenta 40 trabalhos; e
- o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES⁸ apresenta 6 trabalhos.

É importante mencionar que, entre as produções encontradas está justamente o trabalho de Lima (2007). Além disso, um número ainda menor de produções no Brasil propõe o emprego de indicadores de felicidade, no âmbito do supracitado campo, como ótica complementar para uma análise multidimensional sobre o desenvolvimento socioeconômico da América Latina, como proposto neste artigo. Assim, o presente trabalho apresenta originalidade ao investigar os potenciais efeitos da renda *per capita* e de políticas de bem-estar social sobre o desenvolvimento socioeconômico latino-americano por meio da dimensão da satisfação geral com a vida.

Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a investigar o seguinte problema de pesquisa: a renda *per capita* e os gastos em políticas públicas sociais (saúde, educação e proteção social) estão entre potenciais fatores que contribuem para explicar o bem-estar subjetivo na América Latina entre 2007 e 2020? A hipótese levantada para o período é de que, por um lado, a renda *per capita* apresente relativa capacidade explicativa, por outro lado, que os gastos em políticas públicas sociais (*proxy* para políticas de bem-estar social) demonstrem importância para determinar a felicidade nos países latino-americanos. A lógica desta segunda parte deduz que a expansão das políticas de bem-estar social na região - sobretudo entre 2003 e 2013

⁵ Entre aspas para uma busca específica em títulos e corpos de textos dos trabalhos a fim de evitar resultados fora do âmbito da Economia da Felicidade. A busca foi realizada no dia 23 de fevereiro de 2024.

⁶ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) contém mais de 900 mil obras (BDTD, 2024).

⁷ O Oasisbr constitui-se como o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto possui quase 4,6 milhões de documentos (Oasisbr, 2024).

⁸ O Catálogo de Teses e Dissertações dispõe de quase 1,4 milhão de trabalhos (CAPES, 2024)

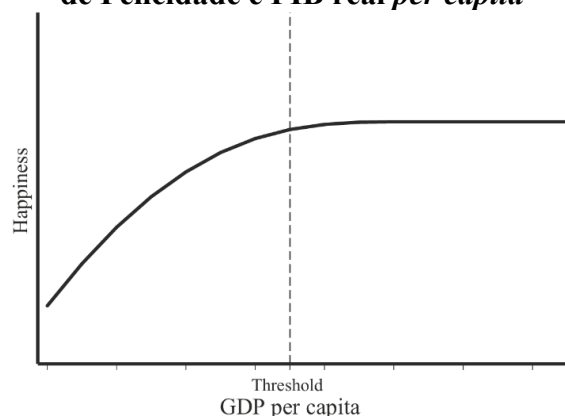
(Ocampo; Gómez-Arteaga, 2017) - puderam gerar desenvolvimento socioeconômico - este investigado pela dimensão do bem-estar subjetivo (uso do indicador de satisfação geral com a vida como *proxy* para felicidade). Para tanto, este trabalho divide-se em seções de: introdução, revisão de literatura, metodologia e análise de dados, considerações finais.

2. Referencial Teórico

2.1 Economia da felicidade

A Economia da Felicidade surge como um novo campo das Ciências Econômicas em 1974, em razão da obra “*Does Economic Growth Improve the Human Lot?*”. Na ocasião, o economista Richard Easterlin buscou investigar uma premissa muito cara aos modelos econômicos neoclássicos: a de que o aumento de renda traz necessariamente aumento de utilidade, *coeteris paribus*. De posse de dados sobre uma variável *proxy* para a utilidade/felicidade (satisfação geral com a vida) ao longo das décadas anteriores nos Estados Unidos, o autor pôde finalmente avançar empiricamente para a análise da premissa anteriormente citada (uma grande mudança epistemológica frente ao raciocínio dedutivo previamente empregado) e encontrou o que se convencionou chamar de paradoxo da felicidade ou paradoxo de Easterlin: em um ponto no tempo ou no curto prazo, a felicidade varia positivamente com a renda – seja a nível nacional ou internacional –, contudo ao longo do tempo ou no longo prazo a tendência é que tal padrão não se verifique mais, isto é, que não haja correlação sistemática entre as tendências da felicidade e da renda (Rojas, 2019; Easterlin, 2021).

Gráfico 1: Linha de regressão ajustada internacional para dados cross-section de Felicidade e PIB real *per capita*

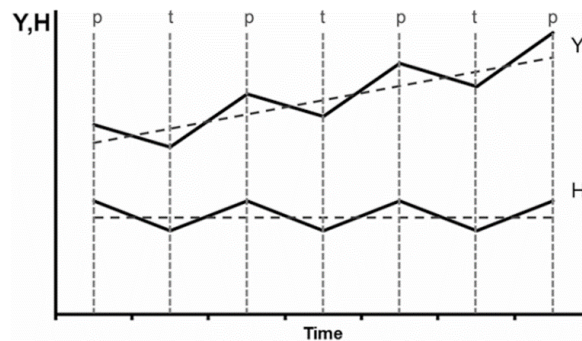


Fonte: Easterlin, 2021, p. 130.

O gráfico 1 indica justamente que, em um ponto no tempo, os países que possuem maior PIB real *per capita* têm a tendência de ser mais felizes. O efeito da renda sobre a felicidade apresenta um retorno marginal decrescente, de modo que o efeito é neutralizado após certo limiar de riqueza. Já o gráfico 2 apresenta como que, embora no curto prazo as flutuações de renda (Y) e de felicidade (H) coincidam em seus picos (p) e vales (t), a tendência de longo prazo (linhas pontilhadas) de ambas as variáveis se desassocia. Tais relações são ilustradas no gráfico a seguir. Uma explicação apresentada para tal fenômeno é a comparação social: se o PIB real *per capita* de um país aumentar, *coeteris paribus*, a renda do referencial de comparação dos indivíduos (grupos com quem se comparam para aferir sua própria satisfação geral com a vida como familiares, colegas de trabalho etc.) aumenta *pari passu* com suas próprias rendas, de forma que o efeito líquido sobre a média nacional de felicidade seja neutralizado. Outra explicação é a *Teoria da Adaptação* que, *grosso modo*, apresenta como os indivíduos se

adaptam à melhora de poder de consumo, derivada de um aumento na renda, e atualizam suas aspirações de consumo para bens e serviços de ainda maior valor *vis à vis* aos bens e serviços que almejavam previamente ao aumento de renda, mantendo sua média de felicidade (Rojas, 2019; Easterlin, 2021).

Gráfico 2: Flutuações de curto prazo e tendência de longo prazo para Felicidade e Renda



Fonte: Easterlin, 2021, p. 136.

A partir da constatação do paradoxo, uma quantidade exponencial de artigos passou a ser produzida para se testar e investigar o paradoxo de Easterlin, bem como para examinar outras premissas da Economia e entender possíveis determinantes para a felicidade a nível de indivíduos, grupos e sociedades a fim de melhor produzir orientações para políticas públicas e estratégias para empresas (FREY; STUTZER, 2012). Com efeito, os trabalhos no campo da Economia da Felicidade geralmente consideram determinantes individuais ou agregados acerca de categorias sociais, econômicas e políticas como: renda, emprego, inflação, idade, gênero, casamento, nacionalidade, educação superior, saúde, benefícios de bem-estar social, sistema político, liberdade político-econômica e pessoal, participação nas decisões políticas, descentralização do Estado, confiança social e institucional, capital social, trabalho voluntário e segurança (Frey; Stutzer, 2002; Frey; Stutzer, 2012; Martela *et al.*, 2020; Easterlin, 2021).

Diante do exposto, torna-se necessário explicitar o ponto de partida conceitual para esse novo campo. Embora a felicidade possua caráter multifacetado e diverso para as diferentes ciências, povos e indivíduos, o referido campo utiliza a seguinte definição como *proxy* à felicidade: satisfação subjetiva geral com a vida relatada ou bem-estar subjetivo reportado (FREY; STUTZER, 2002). Segundo, Frey e Stutzer (2002), as medidas para captar satisfação geral com a vida relatada ou bem-estar subjetivo reportado têm se comprovado como consistentes e confiáveis para a elaboração de estudos empíricos. Cabe, também, acrescentar que as medições de bem-estar subjetivo demonstram ser comparáveis entre indivíduos, países, no tempo e permitir predição comportamental razoavelmente bem (Nikolova; Nikolaev, 2016).

Com base nesse conceito que, a partir de 2012, a Organização das Nações Unidas passou a publicar anualmente o Relatório Mundial da Felicidade (RMF) em que se apresenta um ranking de países com respeito às suas médias nacionais para a satisfação geral com a vida.

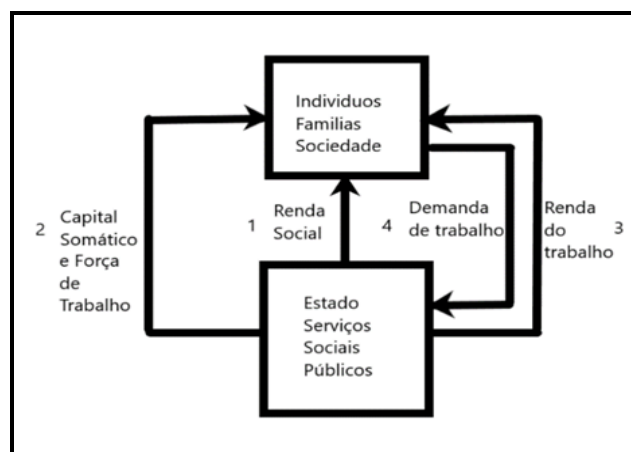
2.2 Políticas de bem-estar social, desenvolvimento socioeconômico e felicidade

A sustentação teórica para a existência e importância de políticas de bem-estar social, ou serviços sociais públicos (SSP), pode ser encontrada em diversas perspectivas analíticas (como a Teoria Econômica Convencional, Macroeconomia de base keynesiana, Teoria do Desenvolvimento baseada em Sen e Karl Polanyi, Economia Política, Sociologia Política, Teoria Política Normativa). Em geral, tais perspectivas se apoiam em certos conceitos, quais sejam:

externalidades, capital humano, demanda efetiva, senso de pertencimento a uma mesma comunidade de iguais, desenvolvimento como liberdade, redistribuição universalista, autoproteção da sociedade, necessidades sociais, direitos sociais, bens sociais primários e oportunidades substantivas em uma sociedade justa (Kerstenetzky, 2021, p. 5)

Ademais, para além das justificativas teóricas, Kerstenetzky (2021) argumenta que os SSP podem ser parte da solução para riscos sociais contemporâneos como políticas de austeridade fiscal, desigualdades crescentes e um avanço descontrolado da digitalização. Diante disso, a autora propõe alçar os SSP como um componente central de uma agenda desenvolvimentista, com base na construção de um esquema analítico (apresentado abaixo) que elucide os principais fluxos a serem estimulados entre Estado e sociedade via políticas sociais, bem como seus principais efeitos. Assim, a partir dessa proposta, ela defende que tal estratégia desenvolvimentista poderia não apenas ampliar o consumo (o que implica em já conhecidos efeitos multiplicadores), mas poderia também alterar o próprio padrão de produto e a estrutura de emprego na economia (em seus diferentes setores e subsetores).

Figura 1: Principais fluxos a serem promovidos e estimulados por um projeto de desenvolvimento centrado em SSP



Fonte: Kerstenetzky, 2021, p.11.

A figura acima explicita o esquema analítico construído para ilustrar 4 fluxos (renda social, capital somático e força de trabalho, renda do trabalho, e demanda de trabalho) e seus efeitos (bem-estar, equidade, sustentabilidade, renda, inovação, multiplicador fiscal, mercado de trabalho) como apresentado por Kerstenetzky (2021) e que será sintetizado a seguir. De acordo com a autora, o fluxo 1 (renda social) diz respeito à oferta de SSP essenciais (como saúde, educação, cuidados, saneamento, transporte, moradia e acesso à internet) e a decorrente poupança das famílias para suprir suas necessidades básicas, o qual geraria efeitos de bem-estar, equidade, sustentabilidade (ambiental) e renda.

De um ponto de vista da “oferta”, o fluxo 2 (capital somático e força de trabalho) se refere às contribuições que os SSP oferecem em termos de capital somático (“capital humano” ganho do usufruto dos serviços – aprendizado, treinamento e retreinamento) e aumento quantitativo da força de trabalho pela via de desocupação de cuidadores domésticos. Seus desdobramentos podem ser vistos em efeitos de melhora de equidade, sustentabilidade (ambiental) e inovação.

Já os fluxos 3 (renda do trabalho) e 4 (demanda de trabalho) demonstram funções realizadas pelos SSP, da perspectiva da ótica da “demanda”. Enquanto o terceiro fluxo

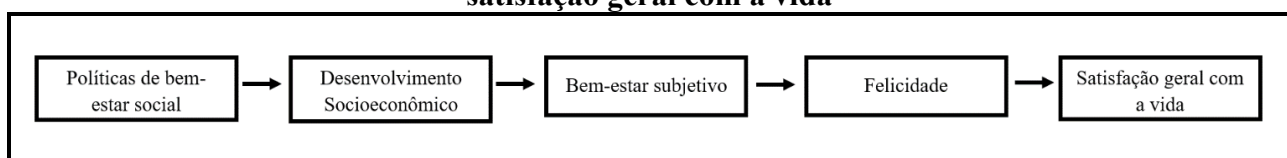
representa a remuneração paga pelos serviços prestados por trabalhadores com efeitos direto sobre a massa salarial e indireto na demanda de consumo, o quarto explicita o caráter empregador do Estado por meio de serviços de melhor qualidade (em termos de formalidade, maior nível de piso salarial, menores incidências de jornadas longas de trabalho, maiores densidades sindicais e resiliência de empregos em crises). Para esses dois últimos fluxos, são elencados efeitos de renda, multiplicador fiscal e de mercado de trabalho.

Dessa forma, por meio de análise de justificações teóricas para a importância das políticas sociais e da construção de um esquema analítico próprio, Kerstenetzky (2021) demonstra que os investimentos em SSP podem ser um alicerce para uma agenda estatal de desenvolvimento – em razão dos 4 fluxos apresentados e de seus 7 efeitos decorrentes. Posto isso, deve-se ressaltar que essa agenda parte de um projeto democrático promotor de desenvolvimento. Este compreendido como a promoção de bem-estar social equitativo e ambientalmente sustentável, em acordo com o paradigma fixado no Relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi e em debates subsequentes sobre sustentabilidade.

A partir desse esquema analítico, propõe-se analisar como políticas de bem-estar social podem gerar desenvolvimento socioeconômico, compreendido de forma mais abrangente a partir do bem-estar subjetivo com o uso do indicador de felicidade (satisfação geral com a vida) do RMF – como ilustrado na figura 2. Isso significa explorar justamente o efeito de bem-estar gerado pelo fluxo 1 (renda social) dos SSP, como apresentado por Kerstenetzky (2021). Assim, determinantes para a felicidade serão não apenas buscados entre fatores econômicos, sociais e psicológicos amplamente pesquisados na Economia da Felicidade, mas também entre as políticas de bem-estar social.

Dessa forma, com base em Kerstenetzky (2021), o raciocínio da figura 2 consiste nas políticas de bem-estar social gerarem efeitos positivos nas condições sociais e econômicas de vida da população - em razão tanto do usufruto de serviços sociais públicos quanto de transferências de renda -, o que em si representa o desenvolvimento socioeconômico; sendo este um fenômeno multidimensional, o presente trabalho foca na dimensão do bem-estar subjetivo, captada pela felicidade e instrumentalizada pelo indicador de satisfação geral com a vida.

Figura 2: Fluxo de desenvolvimento socioeconômico – de políticas de bem-estar social à satisfação geral com a vida



Fonte: elaboração própria.

2.3 O caso da América Latina

À primeira vista, países latino-americanos (de línguas neolatinas como Espanhol, Português e Francês) compartilham certas características unificadoras para além da questão linguística e geográfica como: passado (quase) comum de colonização ibérica, níveis elevados de desigualdade, baixos patamares proporcionais de gasto social e carga tributária (para além de sua limitada progressividade) (Kerstenetzky, 2012).

Em seu capítulo sobre Estados de bem-estar social tardios, Kerstenetzky (2012) indica que, enquanto países da Europa central passavam por pressões para retração, os países da Europa Mediterrânea e do Leste Asiático constituíam seus Estados de bem-estar nas décadas de 1970 e 1980, enquanto que os países da América Latina fizeram reformas e expandiram seus sistemas de seguro social nos anos de 1990 e 2000 – o que os levou a avanços sociais inéditos.

De forma mais específica, a década de 2003 a 2013 apresentou melhorias significativas em indicadores sociais, como: i. rápida expansão no acesso à educação; ii. redução da pobreza; iii. aumento dos salários; iv. reduções nas desigualdades de renda da região - contrastantes com a tendência de aumento de desigualdades em países desenvolvidos e em desenvolvimento no mesmo período (Ocampo; Gómez-Arteaga, 2017).

Para além da *performance* econômica e de condições externas favoráveis (alta no preço das *commodities* e melhor acesso a financiamento externo), Ocampo e Gómez-Arteaga (2017) argumentam que os avanços sociais observados no período podem ser atribuídos a inovações e melhorias em seus Estados de bem-estar social. Os autores apontam que houve um deslocamento da antiga concentração em políticas sociais focalizadas em direção às concepções que sustentaram a construção dos *welfare states* de economias industrializadas e de seus gastos sociais: ênfase no universalismo e na solidariedade - baseados no princípio de cidadania social. Posto isso, torna-se importante compreender os efeitos positivos da supracitada expansão e melhoramento nos sistemas de proteção social sobre o desenvolvimento socioeconômico da região para a formulação de orientações de política pública.

Com efeito, por meio da construção de um indicador de proteção social (baseado em universalidade, solidariedade e gastos sociais), os autores encontraram que, de 2002 a 2012, 15 de 18 países latino-americanos melhoraram a sua pontuação, o que indica que houve múltiplas configurações para o aumento da cobertura dos cuidados com saúde e de pensões, redução das lacunas de cobertura de políticas sociais entre assalariados e não-assalariados, aumento dos gastos sociais e melhora na cobertura de assistência social para o quintil mais pobre, e impacto da expansão do sistema de proteção social sobre a redução da pobreza superior à contribuição do crescimento do PIB.

Embora os avanços sociais mencionados tenham sido expressivos, Ocampo e Gómez-Arteaga (2017) salientam que: i. o acesso à proteção social na região continuou apresentando grande limitação em termos de tipo de emprego e de nível de renda; ii. a cobertura de sistemas de pensão ainda é significativamente deficiente quanto à participação da população economicamente ativa e em termos de cobertura para os idosos; iii. ainda que a cobertura da assistência para não-contribuintes tenha aumentado, os benefícios ainda são baixos; iv. a informalidade do mercado de trabalho permanece alta; v. persistem baixas contribuições obrigatórias de trabalhadores; v. o impacto redistributivo da política fiscal se manteve baixo. Em adição a essas limitações, após a denominada “década de ouro social”, a região entrou em uma trajetória de baixo crescimento, alguns entraram em recessão, o que pôde implicar em fragilização dos sistemas de proteção social latino-americanos.

Enfim, a nível de América Latina, vale destacar o caso específico da Costa Rica tanto em termos de felicidade (satisfação geral com a vida) quanto em termos de políticas de Estado de bem-estar social. Em contraste com o desenvolvimento latino supracitado em políticas sociais - de modo mais intenso - na década de 2000, a Costa Rica começou a implementá-las já na segunda metade do século XX, quando o seu PIB *per capita* ainda era próximo de apenas US\$3.000 (em preços atualizados aos atuais) e seu crescimento econômico não era grande. Esse foi um dos motivos mais relevantes investigados pela literatura para explicar sua elevada posição no *ranking* da felicidade do RMF (entre os 20 melhores, de mais de 150 países) ao lado de nações desenvolvidas - a despeito de ser um país pouco desenvolvido (Easterlin, 2021)

3. Metodologia e estratégia empírica

3.1 Apresentação dos dados e da amostra

Segundo Gerhardt e Silveira (2009) o presente trabalho pode ser classificado como descritiva, documental, de natureza aplicada, de abordagem quantitativa e como dados de

origem secundária. Quanto aos dados utilizados no trabalho, o quadro 1, a seguir, apresenta suas descrições e fontes.

Quadro 1 - Dados secundários

Dados	Descrição	Fonte
<i>Life Ladder (fel)</i>	Média nacional em resposta à pergunta sobre avaliações de vida. A formulação da pergunta é a seguinte: 'Por favor, imagine uma escada, com degraus numerados de 0 na parte inferior a 10 no topo. O topo da escada representa a melhor vida possível para você, e a parte inferior da escada representa a pior vida possível para você. Em que degrau da escada você diria que pessoalmente sente que está neste momento?'	RMF-ONU-Gallup Poll
<i>Log GDP per capita (lpib)</i>	É o logaritmo do PIB <i>per capita</i> em paridade de poder de compra (PPC) a preços constantes de dólares internacionais de 2017.	RMF-ONU-Gallup Poll
<i>Social support (support)</i>	É a média nacional das respostas binárias (0 ou 1) para a pergunta: 'Se você estivesse em apuros, você tem parentes ou amigos em quem pode contar para ajudá-lo sempre que precisar, ou não?'	RMF-ONU-Gallup Poll
<i>Freedom to make life choices (freedom)</i>	É a média nacional das respostas binárias (0 ou 1) à pergunta: 'Você está satisfeito ou insatisfeito com sua liberdade de escolher o que fazer com sua vida?'	RMF-ONU-Gallup Poll
<i>Generosity (gen)</i>	É o resíduo da regressão da média nacional de resposta à pergunta: 'Você doou dinheiro para uma instituição de caridade no último mês?' sobre o PIB <i>per capita</i> .	RMF-ONU-Gallup Poll
<i>Gini Index (gini)</i>	É uma medida estatística que avalia a desigualdade de distribuição de renda em uma determinada população. Ele é representado por um número entre 0 e 1, sendo 0 indicativo de total igualdade (todos têm a mesma renda) e 1 indicativo de total desigualdade (uma pessoa detém toda a renda, enquanto todas as outras não têm nada).	World Bank
<i>Domestic general government health expenditure (% of GDP) (health)</i>	Gasto público com saúde em porcentagem do PIB.	World Bank
<i>Government expenditure on education, total (% of GDP) (educ)</i>	Gasto público com educação em porcentagem do PIB.	World Bank
<i>Public expenditure on social protection (% of GDP) (socialexp)</i>	Gasto público com proteção social em porcentagem do PIB. Inclui gastos com aposentadoria, seguro-desemprego e outros gastos de proteção social (não englobados os gastos públicos com educação e saúde).	CEPAL

Fonte: elaborado pelos autores com base em World Happiness Report (2023), World Bank (2023) e Cepal (2023).

No que tange a escolha do período analisado, este se concentra no período de 2007-2020 em razão da limitação de dados para os países selecionados na base de felicidade e nas bases de gastos públicos. A amostra de países da América Latina inclui: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Uruguai, Costa Rica e El Salvador. Menciona-se ainda, como limitação, a inclusão de apenas alguns países da América Latina em razão da escassez de dados disponíveis para determinadas nações da região. A coleta de dados econômicos e sociais é

muitas vezes um desafio e a disponibilidade dessas informações pode variar significativamente entre os países. A decisão de restringir a análise a determinados países foi motivada pela necessidade de garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados utilizados no estudo. Ao focar em países com conjuntos de dados mais abrangentes e consistentes, busca-se preservar a validade das conclusões da análise e da inferência. Considera-se que essa abordagem permite uma avaliação mais precisa das relações entre as variáveis consideradas, mesmo em uma amostra mais restrita, contribuindo para a robustez e significância dos resultados obtidos.

3.2 Modelos econométricos

Como procedimentos de análises dos dados, utilizou-se os seguintes métodos para a regressão: i. método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) em painel *pooled*; ii. MQO de efeito fixo; iii. MQO de efeito aleatório; iv. método dos momentos generalizados (GMM) em painel dinâmico. Conforme observado por Gujarati e Porter (2011), a análise de regressão constitui-se como um estudo da relação de dependência entre uma variável de interesse e uma ou mais variáveis explicativas, ou seja, um estudo sobre como o comportamento de uma variável de interesse pode ser explicado a partir do comportamento de variáveis previsoras.

De acordo com Greene (2012), algumas hipóteses têm que ser satisfeitas para que estimações eficientes sejam geradas. Neste sentido, as hipóteses do modelo de mínimos quadrados ordinários são: A.1 linearidade - o modelo precisa ser linear nos parâmetros estimados, linear originalmente ou linearizável; A.2 posto completo - as variáveis explicativas do modelo não podem ser perfeitamente correlacionadas, isto também implica que as variáveis explicativas devem variar; A.3 exogeneidade - os distúrbios e as variáveis explicativas devem possuir covariância igual a zero; A.4 perturbações esféricas - os distúrbios devem possuir variância constante e não devem estar autocorrelacionados; A.5 geração exógena de dados - os dados referentes às variáveis explicativas são gerados de forma independente dos distúrbios; A.6 normalidade - os distúrbios devem possuir distribuição normal com média zero e variância constante.

De acordo com Bueno (2008), a violação da hipótese de exogeneidade (A.3) torna o modelo estimado por MQO inadequado. Assim, um novo método de estimação se faz necessário. Nesse contexto, o GMM surge como uma vantagem, em razão de ser uma abordagem criada para lidar com dois desafios. O primeiro desafio é a violação da hipótese A.3. Para superar essa questão, propõe-se identificar um conjunto de variáveis conhecido como "instrumentos" ou "variáveis instrumentais". Essas variáveis devem possuir uma relação com as variáveis explicativas, ao mesmo tempo em que não mantêm qualquer relação com as perturbações no modelo. O segundo desafio é estimar um modelo que possui mais instrumentos do que variáveis explicativas. Para isso, o modelo sugere que uma matriz de pesos relativos seja identificada, em que os instrumentos com maior variância possuem menor peso, para normalizar o modelo (Greene, 2012).

Dessa forma, o processo analítico se inicia com a especificação de um modelo, sendo que tal delineamento é frequentemente orientado pela literatura da teoria econômica, que atua como guia no processo de seleção das variáveis pertinentes (Gujarati; Porter, 2011). Assim propõe-se dois modelos principais, estimados por diferentes métodos, conforme se segue:

$$fel = b_0 + b_1 lpib + b_2 suport + b_3 freedom + b_4 gen + b_5 gini + u \quad (1)$$

$$fel = b_0 + b_1 lpib + b_2 suport + b_3 freedom + b_4 gen + b_5 gini + b_6 health + b_7 educ + b_8 socialexp + u \quad (2)$$

Kim (2021) estima a equação (1) através do método GMM *system* painel dinâmico para 165 países no período de 2005 a 2018. Em suas considerações, fica evidenciado que o *lpib* e o *gini* não são significantes, enquanto que *freedom*, *gen* e *support* são significativos. No sentido de verificar a validade dos resultados encontrados por Kim (2021) para o caso específico da América Latina, estabelece-se como meta estimar a equação (1) para Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Uruguai, Costa Rica e El Salvador no período de 2007 até 2020. Além disso, propõe-se um modelo alternativo, representado pela equação (2), com a adição de variáveis relacionadas com os gastos públicos em porcentagem do PIB em saúde, educação e proteção social, com o intuito de se verificar se tais fatores podem ajudar a explicar o bem-estar subjetivo mensurado pelo indicador de felicidade, como abordado na seção de referencial teórico (com base em Kerstenetzky, 2021).

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta os sinais esperados das variáveis utilizadas no modelo de acordo com a literatura aplicada de Economia da Felicidade investigada.

Quadro 2: Descrição e embasamento para as variáveis utilizadas

Parâmetros	Sinal esperado	Trabalhos
lpib	+	Frey e Stutzer (2002); Corbi e Menezes-Filho (2006); Macchia e Plagnol (2018); Easterlin (2021); Salahodjaev e Mirziyoyeva (2021)
support	+	Stutzer & Frey (2012)
freedom	+	Frey e Stutzer (2002); Campetti e Alves (2015); Martela <i>et al.</i> (2020)
gen	+	Stutzer e Frey (2012); World Happiness Report (2023)
gini	-	Frey e Stutzer (2002)
health	+	Frey e Stutzer (2002); Campetti e Alves (2015); Stutzer e Frey (2012)
educ	+	Frey e Stutzer (2002); Lima (2007); Stutzer e Frey (2012)
socialexp	+	O'Connor (2017); Martela <i>et al.</i> (2020)

Fonte: elaboração própria.

3.3 Análise de resultados

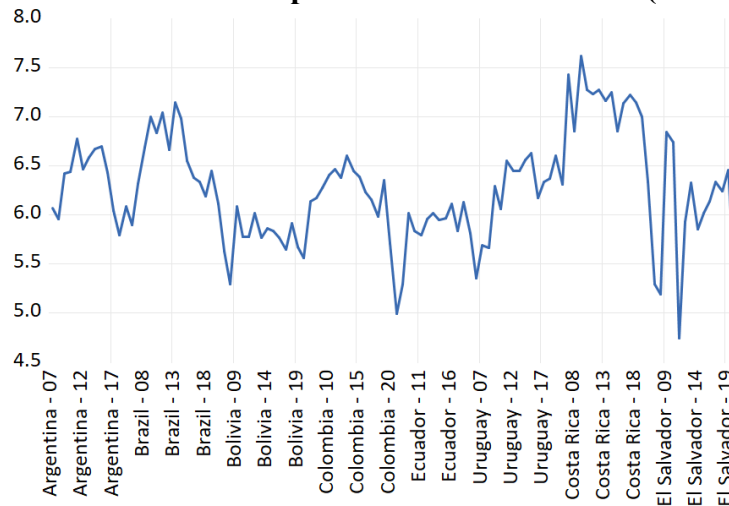
Após a apresentação dos dados e da amostra, a presente seção tem como objetivo discutir os resultados encontrados. A princípio, inicia-se com uma análise gráfica sobre as variáveis de maior interesse (*fel*, *lpib*, *health*, *educ* e *socialexp*) e passa-se à interpretação dos resultados econométricos.

Análise gráfica

O gráfico 3 indica, em síntese, o comportamento do indicador *fel* para cada um dos oito países latino-americanos presentes na amostra do trabalho. A partir da análise gráfica, depreende-se que os diferentes países tiveram uma tendência geral de aumento do indicador - com destaque para o cume de suas séries entre o fim dos anos 2000 e a primeira metade da década de 2010 - para então uma tendência de decréscimo mais acentuado a partir de 2015, sobretudo ao fim no ano pandêmico de 2020. Assim, constata-se que esses dados do indicador

fel para bem-estar subjetivo (satisfação geral com a vida autorreportada como *proxy* de felicidade) apresentam convergência com os indicadores de bem-estar objetivo analisados por Ocampo e Gómez-Arteaga (2017) no período.

Gráfico 3: Felicidade em países da América Latina (2007-2020)



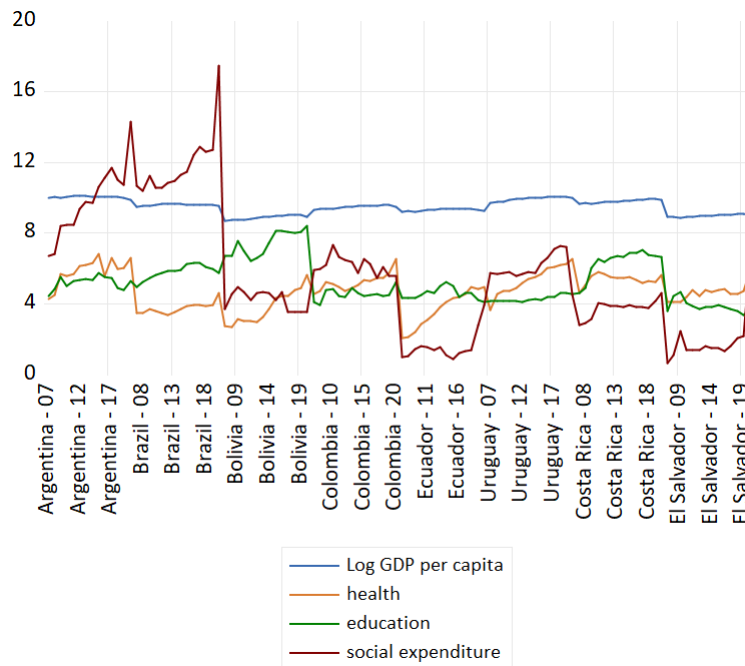
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados de World Happiness Report (2023).

Em adição, segundo classificação estabelecida no World Happiness Report (2023)⁹, os indicadores de Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e Uruguai podem ser considerados majoritariamente de nível alto, enquanto Bolívia, El Salvador e Equador se encontram majoritariamente no nível intermediário. Salienta-se que a Costa Rica se apresenta como um *outlier*, em razão de tradicionalmente aparecer inclusive entre os 15 países com maior média nacional de felicidade do mundo no *ranking* do RMF.

Considerando-se a amostra, dois comportamentos se sobressaem, são eles: i. o indicador do Uruguai parte de uma média de 5,69 (nível intermediário) em 2007 e passa por uma tendência relativamente sustentável de crescimento ao longo do período, de modo que ele não apenas alcança o patamar de nível alto em 2009 (6,30), mas permanece nele até o fim da série em 2020; ii. El Salvador apresenta o comportamento mais instável entre todos os países latino-americanos analisados, além de representar o mínimo da amostra (4,74 em 2011).

⁹ O portal do World Happiness Report (2023) estabelece a seguinte classificação para a interpretação do indicador *fel* dos países: de 1 a 4,5, nível baixo; de 4,51 a 6, nível intermediário; de 6,01 a 8, nível alto.

Gráfico 4: Comportamento de variáveis explicativas de interesse para países selecionados da América Latina (2007-2020)



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados de World Happiness Report (2023), World Bank (2023) e Cepal (2023).

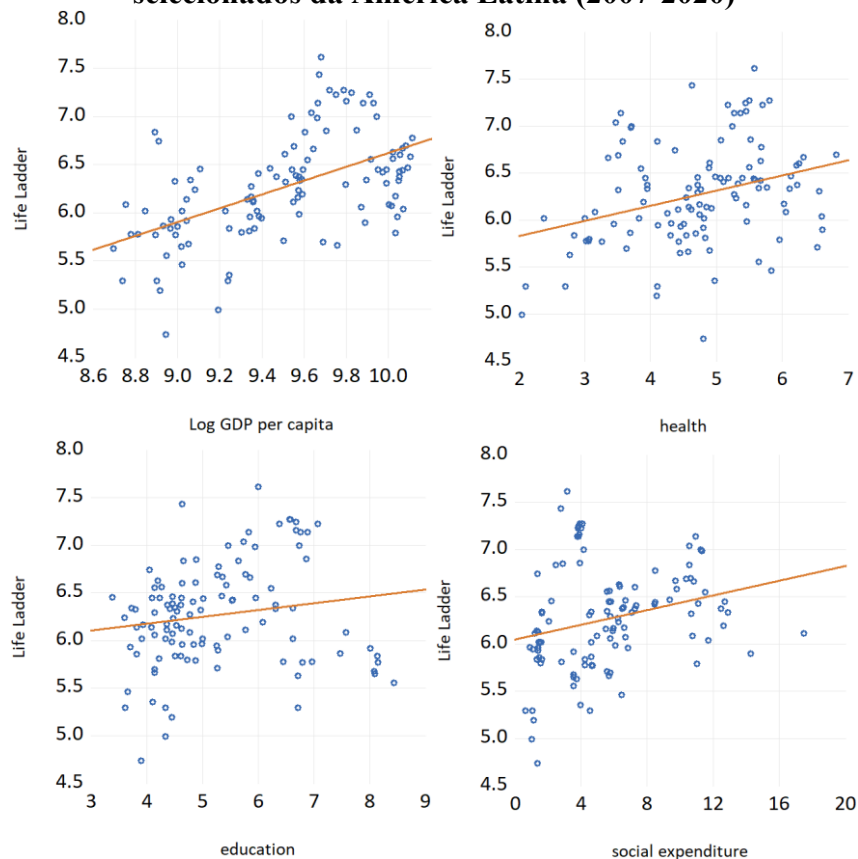
O gráfico 4 apresenta o comportamento das séries de cada variável explicativa de maior interesse nos modelos econométricos estimados neste artigo. Quanto ao Log do PIB *per capita*, não se pode observar grandes discrepâncias entre os países ou mesmo mudanças temporais abruptas, mesmo em razão do uso do log. Já *health* apresenta certa diferenciação entre e inter nações. Destaca-se uma tendência geral no tempo de aumento dos gastos em saúde como porcentagem do PIB durante o período de análise, em convergência com a literatura encontrada, com especial aumento no primeiro ano da pandemia do Covid-19 (2020). Ademais, depreende-se como o Brasil aparece com um investimento percentual de saúde abaixo, em geral, de países como Argentina, Colômbia, Uruguai, Costa Rica e com valores próximos ao de El Salvador.

No tocante à *educ*, observa-se um padrão de investimentos acima de 4% do PIB no grupo, com exceção ao caso de El Salvador. Ademais, Brasil, Bolívia e Costa Rica tiveram tendência de aumento dos gastos educacionais, enquanto os demais se mantiveram estáveis ou tenderam à redução (El Salvador). A série indica disparidade de investimento na região, com Bolívia atingindo a marca de 8,4% (2020) e El Salvador 3,4% (2019).

Já com relação a *social exp*, constata-se que se trata da série de interesse com maior heterogeneidade na região, uma vez que o Brasil atinge o máximo do grupo com 17,5% de investimento em proteção social como porcentagem do PIB (2020), ao passo que o mínimo foi atingido por El Salvador com 0,6% (2007). Tanto Argentina quanto Brasil apresentam franca expansão dos gastos sociais no período de 2007-2020, enquanto Equador, Uruguai, Costa Rica e El Salvador têm tendência de aumento, já Bolívia e Colômbia passaram por estabilidade ou certa redução em seus gastos. Enfim, torna-se relevante pontuar que os resultados supracitados apresentam convergência com a literatura apresentada sobre o fortalecimento dos sistemas de proteção social - além de demais políticas de Estado de bem-estar social - na América Latina a partir da década de 2000 (Kerstenetzky, 2012; Ocampo; Gómez-Arteaga, 2017). Acrescenta-

se, ainda, que mesmo após o ano de 2013 houve crescimento dos investimentos em alguns países da amostra.

Gráfico 5: Dispersão entre Felicidade e variáveis explicativas de interesse para países selecionados da América Latina (2007-2020)



Fonte: elaborado pelos autores nos dados de World Happiness Report (2023), World Bank (2023) e Cepal (2023).

O gráfico 5 apresenta a dispersão entre *fel* e as variáveis explicativas de maior interesse deste estudo (*Log GDP/PIB per capita*, *health*, *educ* e *socialexp*) para países selecionados da América Latina no período de análise investigado (2007-2020). A partir do gráfico *fel vs Log GDP per capita*, constata-se uma associação entre maiores níveis de satisfação geral com a vida e maiores níveis de renda. Com efeito, a inclinação da linha de regressão desse gráfico apresenta ser a mais positivamente inclinada entre os quatro gráficos. A análise deste primeiro gráfico indica convergência com a literatura encontrada - particularmente, com os gráficos 1 e 2 sobre dados em *cross section*, flutuações de curto prazo e tendências de longo prazo entre felicidade e renda – em razão de demonstrar uma associação positiva entre felicidade e renda em um período relativamente curto (14 anos). Observa-se que o mínimo e máximo da amostra de *lpib* são, respectivamente, 8,7 (Bolívia, 2007) e 10,11 (Argentina, 2011).

Quanto aos gráficos de dispersão entre *fel* e *health*, *educ* e *socialexp*, verifica-se uma associação positiva entre o indicador de felicidade e as três variáveis de investimento social público, em consonância com a literatura aplicada apresentada (Frey e Stutzer, 2002; Lima, 2007; Campetti e Alves, 2015; Stutzer e Frey, 2012; O'Connor, 2017; Martela *et al.*, 2020). Ressalta-se ainda como os dados de *socialexp* vão ao encontro dos resultados de O'Connor (2017), uma vez que, em seu trabalho, políticas de Estado de bem-estar social (mensurado via

gastos públicos com proteção social) tiveram impacto positivo na satisfação geral com a vida em uma amostra de 104 países no período 2005-2012, bem como nas subamostras de países desenvolvidos, em transição e menos desenvolvidos (incluídos aqui os 8 países latino-americanos analisados no presente trabalho). Enfim, os valores mínimos e máximos das 3 séries são: a. *health* com 2% (Equador, 2007) e 6,8% (Argentina, 2015); b. *educ* com 3,4% (El Salvador, 2019) e 8,4% (Bolívia, 2020); c. *socialexp* com 0,6% (El Salvador, 2007) e 17,5% (Brasil, 2020).

Com o objetivo de investigar os potenciais fatores que contribuem para explicar o bem-estar subjetivo, medido pelo indicador de felicidade (satisfação geral com a vida), foram estimados os modelos apresentados na tabela 1 a seguir, utilizando uma base de dados composta por 112 observações.

Análise das estimações econométricas

Tabela 1 – Estimações econométricas

Variáveis	MQO 1 (pooled)	MQO 2 (pooled)	MQO 3 (random)	MQO 4 (fixed)	GMM 1 ¹	GMM 2
<i>Log GDP per capita</i>	0.32436* (0.1696)	0.351810* (0.18926)	0.318041* (0.17722)	0.336550 (0.68998)	0.743091** (0.285213)	0.488255* (0.263596)
<i>Social support</i>	3.60223** (1.4494)	3.78659** (1.48826)	5.09148*** (1.221112)	4.965545*** (1.17565)	0.366268 (2.877618)	3.656008 (4.077712)
<i>Freedom to make life choices</i>	0.989732 (0.6598)	0.594059 (0.72444)	0.567844 (0.80956)	0.884143 (0.75074)	-1.163176 (0.98931)	-1.621040 (1.131124)
<i>Generosity</i>	2.2144*** (0.6637)	2.06802*** (0.64018)	1.67660*** (0.463670)	1.810801*** (0.62820)	5.132856*** (1.534251)	4.211270** (1.942676)
<i>Gini Index</i>	0.005423 (0.0090)	0.009197 (0.0095)	-0.011907 (0.013652)	-0.038628 (0.02728)	0.009302 (0.01279)	0.012273 (0.010367)
<i>Health expenditure</i>	-	0.036195 (0.05919)	-	-0.119712 (0.07258)	-	0.050770 (0.091563)
<i>Education expenditure</i>	-	0.033727 (0.03161)	-	0.123568 (0.08730)	-	0.019916 (0.030008)
<i>Social protection expenditure</i>	-	-0.015262 (0.01218)	-	-0.031821 (0.031983)	-	-0.03430* (0.019683)
Constante	-0.76970 (1.2729)	-1.319082 (1.55562)	-0.886872 (2.99461)	0.144464 (7.42302)	-0.033442 (1.57990)	-0.446512 (1.741291)
R ²	0.506184	0.515418	0.327716	0.743179	-	-
R ² ajustado	0.482890	0.477781	0.296004	0.703051	-	-

Prob	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	-	-
Estatística F						
Durbin	1.072362	1.086043	1.676874	1.908698	-	-
Watson						
Teste Wald	-	-	-	-	0.2715	0.0221
geral						
Prob	-	-	-	-	0.426877	0.375257
Estatística J						

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota: ¹Instrumentos são *lpib(-1)*, *lpib(-2)*, *support(-1)*, *freedom(-1)*, *gen(-1)*, *gini(-1)*; ²Instrumentos são *lpib(-1)*, *lpib(-2)*, *support(-1)*, *freedom(-1)*, *gen(-1)*, *gini(-1)*, *health(-1)*, *educ(-1)*, *socialexp(-1)*; estatisticamente significativa a 1%***; estatisticamente significativa a 5%**; estatisticamente significativa a 10%*; MQO 1 e MQO 2 estimados com inferência robusta através da matriz de Huber-White; MQO 3, MQO 4, GMM 1 e GMM 2 estimados com inferência robusta através da matriz White Cross-section.

Destaca-se que a variável *Log GDP per capita* mantém-se significante em 5 dos 6 modelos, ressalta-se ainda um possível viés de atenuação, visto que os coeficientes do GMM são quase 100% maiores do que os coeficientes do MQO. Nos modelos MQO 1, MQO 2, MQO 3 e GMM 2, a variável é significativa aos níveis de 10%. Já no modelo GMM 1 a variável é significativa aos níveis de 5%. Do ponto de vista de sinais, em todos os modelos a variável vem com o sinal esperado.

Quanto à variável *Social support*, esta é significante em 4 dos 6 modelos, sendo significativa aos níveis de 1% nos modelos MQO 3 e MQO 4 e significativa aos níveis de 5% nos modelos MQO 1 e MQO 2. Ressalta-se que a variável não é significativa nos modelos GMM 1 e GMM 2. Do ponto de vista de sinais, a variável vem com o sinal esperado em todos os modelos.

No que tange *Freedom to make life choices*, evidencia-se que a variável não foi significativa em nenhum dos modelos estimados. Do ponto de vista de sinais, a variável vem com o sinal esperado apenas nos modelos MQO. Já no que é concernente a *Generosity*, ressalta-se sua significância em todos os modelos, também é essencial destacar um possível viés de atenuação, uma vez que os coeficientes estimados pelo método dos momentos generalizados são praticamente duas vezes os coeficientes gerados por MQO. Do ponto de vista de sinais, a variável confirma o sinal esperado em todos os modelos.

Referente ao *Gini*, *Health expenditure*, *Education expenditure*, ressalta-se que as variáveis não foram significativas em nenhum modelo. Enquanto que *Social protection expenditure*, só foi significante aos níveis de 10% no modelo GMM 2. Do ponto de vista de sinais, ressalta-se que *Gini* apresentou sinais divergentes do esperado em 4 dos 6 modelos, *Education expenditure* apresentou sinais em linha com o esperado, *Health expenditure* apresentou sinal divergente do esperado apenas no modelo MQO 4 e *Social protection expenditure* apresentou sinais divergente do esperado em todos os modelos. Uma hipótese para tal é que *Social protection expenditure* engloba benefícios relacionados com seguro-desemprego e, em razão das recentes crises econômicas na América Latina, pode-se supor que um aumento em tal variável seja também em consequência do desemprego, uma fonte negativa para o bem-estar subjetivo.

Contudo, especificamente no que concerne ao modelo GMM 2, ao se realizar um teste Wald, encontra-se que, aos níveis de 10%, não se pode rejeitar a hipótese de que em conjunto *Health expenditure*, *Education expenditure*, *Social protection expenditure* e *Log GDP per*

capita sejam iguais a zero, ou seja, é possível supor que, em conjunto, as variáveis podem ajudar a explicar o indicador de felicidade como abordado na seção de referencial teórico.

No tocante aos MQOs, ressalta-se que, de acordo com os testes F, rejeita-se a hipótese nula de que em conjunto os coeficientes sejam zero. É fundamental salientar que, foi realizado um teste Wald de restrição geral para os GMM's, em que, no que se refere ao GMM 2, aos níveis de 5% de significância, rejeita-se a hipótese nula de que em conjunto os coeficientes iguais a zero, de modo que haja indício da pertinência do modelo proposto neste trabalho. Enquanto que para o GMM 1 (sem os gastos sociais públicos), aos níveis de 5% de significância, não se pode rejeitar a hipótese nula de que os coeficientes em conjunto sejam iguais a zero. Importa salientar que, para ambos os modelos estimados por GMM, não se pode rejeitar a hipótese nula de que os instrumentos sejam válidos, conforme evidencia o teste J.

Sobre os testes de diagnósticos utilizados, pontua-se que, com relação a hipótese A.1 de linearidade dos parâmetros, observa-se que todos os modelos são lineares, enquanto que se considera que A.5 (geração exógena dos dados) está cumprida. A média dos resíduos dos MQO's é aproximadamente zero (indício de cumprimento de A.3), o Jarque Bera evidencia que, aos níveis de 5% de significância, rejeita-se a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos (indício de descumprimento de A.6). O teste de heterocedasticidade demonstra que para o MQO 1 e MQO 2, aos níveis de 5% de significância, rejeita-se a hipótese nula de que os resíduos sejam homocedásticos (indício de descumprimento de A.4). O teste RESET evidencia que para os modelos MQO 1 e MQO 2, aos níveis de 5% de significância, rejeita-se a hipótese nula de que o modelo esteja corretamente especificado. O teste LM para os modelos MQO 1 e MQO 2 evidencia que, aos níveis de 5% de significância, rejeita-se a hipótese nula de que os resíduos não possuem autocorrelação (indício de descumprimento de A.4).

No que refere aos modelos MQO 3 e MQO 4, o teste *Residual Cross-Section Dependence Test* (LM) evidencia que, aos níveis de 5% de significância, rejeita-se a hipótese nula de não autocorrelação (indício de descumprimento de A.4). Especificamente sobre o modelo MQO 3 o teste Hausman evidencia que, aos níveis de 5% de significância, não se pode rejeitar a hipótese nula de que os estimadores de efeito aleatório são consistentes. Nesse sentido, o modelo MQO 3 foi ajustado para um modelo de efeito aleatório. Ressalta-se que os MQO 1 e 2, por meio do teste VIF, não apresenta multicolinearidade severa (indício de cumprimento de A.2).

Em comparação com os resultados obtidos por Kim (2021), cujo modelo denota *grosso modo* que o *Log GDP per capita* e o *Gini* não são significantes, enquanto que *Freedom to make life choices*, *Generosity* e *Social support* são significativos. O GMM 1 estimado encontra que o *Log GDP per capita* e *Generosity* são significantes aos níveis de 5%, enquanto que *Freedom to make life choices*, *Social support* e *Gini* não são significantes.

Já o GMM 2 encontra que o *Log GDP per capita* e *Generosity* são significantes aos níveis de 10% e 5% respectivamente, enquanto que *Freedom to make life choices*, *Social support*, *Gini*, *Health expenditure* e *Education expenditure* não são significantes. Já *Social protection expenditure* é significativo aos níveis de 10%. Portanto, encontram-se evidências de que a renda *per capita* está entre os potenciais fatores que contribuem para explicar o bem-estar subjetivo na América Latina no período de 2007-2020.

Em razão da significância do *Log GDP per capita* em todos os modelos e em contraste com os resultados de Kim (2021), faz-se necessário salientar que os sinais positivos encontrados apresentam convergência com a literatura consultada, com destaque para certa aderência ao paradoxo de Easterlin. A hipótese é de que o período de análise é relativamente pequeno – devido à limitação de dados – e, por isso, demonstre apenas a associação positiva entre renda e felicidade de curto prazo geralmente encontrada. Outra explicação possível é que o aumento da renda experimentado pelos países *pari pasu* à relativa redução da desigualdade de renda

(apresentado no referencial teórico) pode ter implicado em uma melhor distribuição dos ganhos de renda e, por conseguinte, melhores indicadores de satisfação geral com a vida - como apontado por Oishi e Kesebir (2015).

Quanto aos gastos da esfera social, sua não significância pode se dever a uma necessidade de ajuste do modelo ou, ainda, ao fato de que embora os avanços sociais mencionados (mais intensos a partir da década de 2000) tenham sido expressivos, o acesso à proteção social na região continuou apresentando grande limitação (como apontado por Ocampo e Gómez-Arteaga, 2017). Não obstante, apesar de individualmente os gastos públicos não apresentarem significância ao se realizar um teste Wald, encontra-se que, aos níveis de 10%, não se pode rejeitar a hipótese de que em conjunto *Health expenditure*, *Education expenditure*, *Social protection* e *Log GDP per capita* sejam iguais a zero, isto é, é possível supor que, em conjunto, as variáveis podem ajudar a explicar o indicador de felicidade, o que resultaria em convergência com a literatura consultada (Frey e Stutzer, 2002; Corbi e Menezes-Filho, 2006; Lima, 2007; Stutzer e Frey, 2012; Campetti e Alves, 2015; O'Connor, 2017; Macchia e Plagnol, 2018; Martela *et al.*, 2020; Easterlin, 2021; Salahodjaev e Mirziyoyeva, 2021)

4. Considerações Finais

O trabalho em questão pretendeu investigar o seguinte problema de pesquisa: a *renda per capita* e os gastos em políticas públicas sociais (saúde, educação e proteção social) estão entre potenciais fatores que contribuem para explicar o bem-estar subjetivo na América Latina (Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Uruguai, Costa Rica e El Salvador) no período 2007-2020? Neste sentido, na seção 2, realizou-se uma revisão da literatura teórica e aplicada sobre o campo da Economia da Felicidade, políticas de bem-estar social e a região da América Latina. Com respeito à seção quantitativa 3, empreendeu-se: a. uma coleta sistematizada para a base de dados (indicador de felicidade, log do PIB *per capita*, apoio social, liberdade para fazer escolhas, generosidade, índice de gini, Gastos públicos com saúde, educação e proteção social em porcentagem do PIB); b. análises gráficas sobre as variáveis de maior interesse (*fel*, *lpib*, *health*, *educ* e *socialexp*); c. breve análise de estatísticas descritivas; d. estimação e interpretação de 4 modelos MQO e 2 modelos GMM painel dinâmico.

Neste contexto, o indicador de satisfação geral com a vida autorreportada (*proxy* de felicidade no Relatório Mundial da Felicidade) foi utilizado neste trabalho enquanto um indicador de bem-estar subjetivo para a análise do desenvolvimento socioeconômico na América Latina - com base na figura 2. Assim, essa medida é apresentada como uma ótica adicional e complementar aos índices de bem-estar objetivos geralmente usados para o estudo do desenvolvimento socioeconômico (melhoria nas condições sociais e econômicas de vida da população).

Dado o período de análise, a hipótese consistiu na relevância da renda e dos gastos públicos sociais para explicar o indicador de felicidade na região latino-americana. Quanto aos resultados encontrados, algumas lições podem ser apreendidas. A análise gráfica constatou: i. convergência entre os dados de *fel* para bem-estar subjetivo com os indicadores de bem-estar objetivo analisados na literatura apresentada; ii. as séries de investimentos sociais demonstraram uma expansão dos sistemas de proteção social não apenas entre a década de 2000 a 2013, mas além para alguns países (como o Brasil); iii. os gráficos de dispersão entre *fel* e Log GDP/PIB *per capita*, *health*, *educ* e *socialexp* apresentaram associação positiva como esperado a partir do referencial bibliográfico.

Após breve exame das estatísticas descritivas, a estimação de 6 modelos econométricos apontou para certa confirmação da hipótese sobre a relevância da renda *per capita* e dos gastos públicos para explicar o bem-estar subjetivo na América Latina no período

2007-2020. Sobre a renda *per capita*, as evidências (efeito positivo sobre a felicidade) apresentaram convergência com os efeitos de curto prazo do paradoxo da felicidade de Easterlin.

Outrossim, apesar de individualmente os gastos públicos sociais não apresentarem significância, ao se realizar um teste Wald, encontrou-se que, aos níveis de 10%, não se pôde rejeitar a hipótese de que em conjunto *Health expenditure, Education expenditure, Social protection expenditure e Log GDP per capita* fossem iguais a zero, isto é, é possível supor que, em conjunto, as variáveis de investimentos sociais públicos podem ajudar a explicar o indicador de felicidade para a região, em acordo com a literatura de políticas socioeconômicas e da Economia da Felicidade.

Dessa forma, esses resultados, em conjunto com as análises precedentes, forneceram evidências de que tanto a renda *per capita* quanto as políticas de bem-estar social demonstraram potencial para influenciar o desenvolvimento socioeconômico latino-americano entre 2007 e 2020, investigado a partir da dimensão do bem-estar subjetivo, captado pela felicidade e instrumentalizado pelo indicador *proxy* de satisfação geral com a vida. Neste sentido, conclui-se que os resultados encontrados apresentaram razoável acordo com a hipótese levantada inicialmente.

Por fim, o presente artigo não tem como pretensão esgotar as investigações relacionadas ao tema abordado, mas sim contribuir para o atual corpo de conhecimento existente. Quanto às dificuldades encontradas, deve-se mencionar a limitação das bases de dados em termos de número de países e de anos para a amostra. Reconhece-se, ainda, a complexidade e a amplitude do assunto, entendendo-se a existência de diversas facetas a serem exploradas. Na intenção de fomentar futuras investigações referentes aos efeitos de políticas sociais sobre o desenvolvimento socioeconômico - por meio da dimensão do bem-estar subjetivo e do indicador de felicidade -, sugere-se considerar os gastos públicos em educação, saúde e proteção social em valores monetários ou mesmo utilizar indicadores que qualifiquem melhor os gastos como a sua cobertura.

REFERÊNCIAS

BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Base de dados. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

BUENO, R. de L. **Econometria de Séries Temporais**. São Paulo: Cengage, 2008.

CAMPETTI, P. H. M.; ALVES, T. W. **Economia da felicidade: estudo empírico sobre os determinantes da felicidade em países selecionados da América Latina**. Revista Pesquisa & Debate, SP, volume 26, número 1(47) pp.99-123, jan-mar 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/16196/16279>. Acesso em: 6 abril 2023.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Base de dados. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CEPAL. **Dados e estatísticas**. 2023. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CORBI, R. B.; MENEZES-FILHO, N. A. **Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 4 (104), p. 518-536, out-dez 2006. Disponível

em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400003. Acesso em: 14 mar. 2023.

EASTERLIN, R. A. **An Economist's Lessons on Happiness**. Farewell Dismal Science! Springer Nature Switzerland: Cham, Suíça, 2021.

EASTERLIN, Richard Ainley. **Does Economic Growth Improve the Human Lot? In: DAVID, Paul; REDER, Melvin (Eds.)**. Nations and Households in Economic Growth: Essays in Honor of Moses Abramovitz, p. 89-125. New York: Academic Press, 1974. Disponível em: <https://huwdixon.org/teaching/cei/Easterlin1974.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FREY, B. S.; STUTZER, A. **The Economics of Happiness**. World Economics, v. 3, n. 1, p. Jan./Mar. 2002. Disponível em: https://bsfrey.ch/articles/_365_2002.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

GREENE, William H. **Econometric analysis 7th edition**. International edition, New Jersey: Prentice Hall, 2012.

GUJARATI, D.N; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. Tradução: Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G.L. Rosa; revisão técnica de Claudio D. Shikida, Ari Francisco de Araújo Júnior, Márcio Antônio Salvato. - 5ª ed. - Porto Alegre: AMGH, 2011.

KERSTENETZKY, C. L. **Investimento público em serviços sociais como componente central de uma agenda de desenvolvimento**. Texto para Discussão, Instituto de Economia, UFRJ. 2021. Disponível em: <https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2022/02/TD-168-KERSTENETZKY-C.-2021.-Investimento-publico-em-servicos-sociais-como-componente-central-de-uma-agenda-de-desenvolvimento.pdf>. Acessado em: 20 nov. 2023.

KIM, R. Y. **What makes people happy? An empirical investigation of panel data**. Applied Economics Letters, v. 28, n. 2, p. 91-94, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504851.2020.1733471#2543de1e-a4b2-4753-a5c7-60ad3348142b-b6de7b7c-de82-45a5-9538-313dd15c6659>. Acesso em: 10 out. 2023.

LIMA, S. V. **Economia e Felicidade: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil**. Ribeirão Preto, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde15052007-142028/pt-br.php>. Acesso em: 10 mai. 2023.

MACCHIA, Lucía; PLAGNOL, Anke C. Life satisfaction and confidence in national institutions: Evidence from South America. 2018. **Applied Research in Quality of Life**. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11482-018-9606-3>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MARTELA, F. *et al.* **The Nordic Exceptionalism: What Explains Why the Nordic Countries are Constantly Among the Happiest in the World.** In: HELLIWELL, J. F. *et al.* World Happiness Report 2020. New York: **Sustainable Development Solutions Network**, 2020. p.129-146, Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2020/>. Acesso em: 30 out. 2023.

NIKOLOVA, Milena; NIKOLAEV, Boris. **Does joining the EU make you happy?** Evidence from Bulgaria and Romania. **Journal of Happiness Studies**, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10902-016-9789-y>. Acesso em: 15 jan. 2024.

O'CONNOR, K. J. Happiness and Welfare State Policy Around the World. **Review of Behavioral Economics**, 2017, 4: p. 397–420. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Kelsey-Oconnor/publication/321948496_Happiness_and_Welfare_State_Policy_Around_the_World/links/5b8ec4fe45851540d1c900bd/Happiness-and-Welfare-State-Policy-Around-the-World.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

OASISBR. **Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto.** Base de dados. 2023. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

OCAMPO, J. A. & GÓMEZ-ARTEAGA, N. (2017). **'Social protection systems, redistribution and growth in Latin America.'** CEPAL Review, 122, pp. 7-30. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/97b4123f-abad-47c8-9b1b-63ef50ea4c24/content>. Acessado em: 20 set. 2023.

OISHI, S.; KESEBIR, S. **Income inequality explains why economic growth does not always translate to an increase in happiness.** **Psychological science**, v. 26, n. 10, p. 1630-1638, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0956797615596713>. Acesso em: 17 abr. 2024.

ORTEGA, A. C. Territórios Deprimidos. **Os desafios das políticas de desenvolvimento rural.** 1. ed. Campinas - SP/Uberlândia-MG: Editora Alínea/Edufu, 2008.

ROJAS, M. The Economics of Happiness. **How the Easterlin Paradox Transformed Our Understanding of Well-Being and Progress.** Springer Nature Switzerland: Cham, Suíça, 2019.

SALAHODJAEV, R.; MIRZIYOYEVA, Z. **The Link between Food Security and Life Satisfaction: Panel Data Analysis.** Sustainability: Basel, Suíça, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/5/2918>. Acesso em: 20 abr. 2024.

STUTZER, A.; FREY, B. S. **Recent Developments in the Economics of Happiness: A Selective Overview.** IZA Discussion Paper Series, n. 7078. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2192854. Acesso em: 19 mai. 2023.

WORLD BANK. **Base de dados.** 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 6 nov. 2023.

WORLD HAPPINESS REPORT. HELLIWELL, J. F. *et al.* World Happiness Report. **Portal virtual.** Nova Iorque: Sustainable Development Solutions Network, 2023. Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2023/>. Acesso em: 20 nov. 2023.